

# Correspondentes de guerra: uma visão presencial e espectral de um cenário surreal

Cleber Almeida de Oliveira<sup>a</sup>

Resumo: A relação entre a mídia e a guerra é antiga. Heródoto, consagrado na historiografia como o “Pai da História”, registrou suas impressões da guerra dos gregos contra os persas. No decorrer dos séculos, a cobertura e a escrita sobre as guerras evoluiu, e surgiram os correspondentes de guerra: jornalistas especializados em cobrir as operações e registrar, em suas reportagens, a experiência brutal do campo de batalha. O presente artigo analisa o trabalho dos correspondentes de guerra junto à Força Expedicionária Brasileira, força militar enviada pelo Governo Brasileiro à Itália para combater o nazifascismo, durante a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Mídia, correspondentes de guerra, Segunda Guerra Mundial, Força expedicionária Brasileira.

Ao se tratar sobre a guerra, pode-se reconhecer, nas suas entrelinhas, duas condições humanas essenciais: a necessidade de superar o milenar e permanente conflito sócio-civilizatório, de sobreviver e de aprender com os percalços; e a necessidade de se relatar tudo o que foi experimentado e vivenciado nessas situações extremas de

incerteza e de perigo – pessoal e coletivo.

Há que se perceber que a missão do correspondente de guerra, seja ele um representante oficial – civil ou militar – de algum Estado beligerante, ou então um espectador/observador civil autorizado – normalmente alguém dos meios de comunicação –, se encontra com-

---

<sup>a</sup> Historiador, pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército..



primido entre duas reais expectativas de narrativa da “terra de ninguém”, a qual nada mais é do que a apreciação e a descrição idiossincrática tanto do cotidiano como dos melindres – ambas oficiais ou não – de qualquer conflito bélico. Numa visão bem objetiva e simplista, sem as mesuras acadêmicas e/ou dos discursos oficiais, Karl Kraus exprime a noção segundo a qual “A guerra, a princípio, é a esperança de que a gente vai se dar bem; em seguida, é a expectativa de que o outro vai se ferrar; depois, a satisfação de ver que o outro não se deu bem; e finalmente, a surpresa de ver que todo mundo se ferrou”, enquanto que, numa linha mais reducionista e apologética da matriz salvacionista e evolutiva da guerra como uma lógica atemporal e cíclica, afinada com os princípios da *Realpolitik* prussiano-teutônica, Bertolt Brecht afirmava que “Não conseguireis desgostar-me da guerra. Diz-se que ela destrói os fracos, mas a paz faz o mesmo.”

É inegável, e inquestionável, que, desde a aurora dos tempos, povos, culturas e civilizações sem-

pre forma fascinados pelas narrativas das guerras, desde as proezas sobre-humanas dos heróis, passando pelas estratégias e manobras vencedoras dos grandes líderes militares até as histórias de penúria, sacrifício e superação dos combatentes – de ambos os lados – e das populações afetadas – direta e/ou indiretamente – por esses eventos colossais e dramáticos. E é dessa demanda/necessidade que surgem tanto as obras e os relatos in loco dos seus participantes como o discurso e a desinformação/manipulação/reengenharia oficiais – ou de grupos rivais – dos fatos.

Nesse particular, e com extraordinária clareza explanatória, Borges<sup>1</sup> afirma textualmente que a história da correspondência de guerra caminha a passos largos com a história da literatura e das guerras, já que, em si, é impossível desvincular essas três vertentes. Fincando pé num passado tão longínquo quanto proximal, lembrando, por exemplo, a *Ilíada* (Homero), de *De Bello Gallico* (Júlio Cesar) e *A Arte da Guerra*



(Sun Tzu), grandes batalhas foram transformadas em livros épicos (lidos até hoje) numa tentativa de esclarecer para um povo o desenrolar e as consequências de uma guerra. Confirmando a noção basilar de que é fato que a guerra sempre exerceu um estranho magnetismo sobre as pessoas, ao relatar sobre: o embate travado entre dois povos, o front, onde milhares de soldados dão suas vidas por um ideal, muitas vezes desconhecido ou que não lhes pertence, o patriotismo de milhares de jovens que não chegam à vida adulta, tudo isto estimula o imaginário das pessoas; toda a aura que envolve a guerra chama a atenção de quem fica na retaguarda, protegido pelos seus “bravos pracinhas”.

Por princípio ético da profissão<sup>2</sup> o papel do jornalista de informar os fatos, a “verdade”, torna-se algo secundário dentro de um ambiente onde a hostilidade e a sede pela vitória imperam, caminhando sempre no “fio da navalha”, na perspectiva de que publicar qualquer coisa que coloque a nação em risco ou choque a opinião pública

pode ser e é encarado como uma ameaça e o seu divulgador deve enfrentar as consequências de seus atos. Por isso que é vital a compreensão de que o percurso dos correspondentes de guerra em seus quase dois séculos de existência, muitas vezes não como jornalistas, mas como integrantes da engrenagem da máquina de propaganda dos países beligerantes.

Cria-se, então, uma mística que cerca a figura desses participantes que nos mantém, ao mesmo tempo, a par da situação no front e dos demais aspectos das campanhas militares sem que para isso precisemos abandonar a segurança dos nossos lares/locais de trabalho; e bem longe das zonas de conflito. A guerra afeta a todos, mas muitos dos seus ferimentos não são notados pelas vítimas no momento imediato e nem deixam cicatrizes/marcas aparentes ou visíveis, mas que com certeza irão gerar sequelas permanentes e dolorosas; e os correspondentes de guerra não são exceção à regra.

Focando nessa lógica perversa, mas inevitável, Diniz<sup>3</sup> com-



partilha da noção de que uma aura de glamour acompanha o trabalho de correspondente de guerra desde que o primeiro jornalista foi enviado a um campo de batalha para relatar seus horrores, e que isso se deu na guerra da Crimeia, em 1854, William Howard Russel, do jornal *The Times*, mandava seus despachos via telégrafo. Assim, um século e meio depois, as notícias se propagam em tempo real, com o diferencial de que mesmo quem não é jornalista profissional pode ser convertido em porta-voz de informações – por exemplo, vídeos feitos por celular e postados na internet da Guerra da Síria por moradores locais.

Usando de uma licença poética ingênua e pueril<sup>4</sup>, grande parte do senso comum considera que trabalhar em zonas conflagradas para mostrar ao mundo as atrocidades de um conflito armado é encarado como o lado mais romântico da profissão, mas o cotidiano daqueles que estão no front é bem diferente. Num viés mais realista, o correspondente de guerra ganha fama e visibilidade, no en-

tanto, a rotina é dura e os perigos, constantes, mas o encanto que esta atividade exerce no cidadão comum, e entre jovens e jornalistas – ou mesmo jovens jornalistas – é uma constante.

Para quem nunca esteve fisicamente presente e/ou atuando rotineiramente numa zona de conflito, num front de combate teorizar sobre como os fatos são percebido e a maneira pela qual as notícias devem ser elaboradas e veiculadas não passa de um mero, e cômodo, exercício acadêmico/intelectual com as vantagens inerentes do distanciamento seguro da possibilidade de sofrer efeitos – diretos ou colaterais – do ambiente conflagrado. Trocando em miúdos, tais postulados não passam de conceituações desprovidas de uma prática comprobatória, mas com o adendo de que se tais produções estiverem fundamentadas em relatos críveis e consubstanciados por agentes que passaram por tais cenários/contextos – da miséria e da estupidez humanas –, há sim valor agregado a elas.



O trabalho desses profissionais é tão necessário quanto potencialmente perigoso, e mesmo mortal, há que se deixar de lado a ilusão romântica e enganosa de que por simplesmente serem o que são e por fazerem o que fazem os correspondentes de guerra se tornam imunes a qualquer artefato bélico, arma ou retaliação dos beligerantes, ou então são agraciados com algum dom divino de “corpo fechado” no desempenho das suas funções. Guerras matam pessoas, mutilam e causam feridas/sequelas no corpo e na alma, não importando se são combatentes – soldados ou forças não convencionais –, população civil, desavisados migrantes ou espectadores/observadores/relatores desses conflitos.

## **BREVE HISÓRICO E PERICULOSIDADE INCUTIDA**

Desde as primeiras coberturas jornalísticas das guerras, Carvalho<sup>5</sup> demonstra que daí em diante iniciaram-se os anos de glória da imprensa que chegariam ao fim por

volta de 1914, quando do início da primeira grande guerra com a imposição da censura governamental, foi a era em que as mídias cultivaram e alargaram o seu poder de influência sobre os cidadãos comuns, no que toca aos conflitos bélicos. Nesse período áureo, os correspondentes passaram a ser vistos como heróis, não só pelos leitores, mas também por si mesmos, colocando-se no centro das histórias que contavam e cultivando a sua própria figura, com duas consequências atreladas: os editores e diretores das publicações, por sua vez, fizeram uso da liberdade de que dispunham e editavam tudo sem qualquer censura; e os leitores não podiam estar mais satisfeitos.

Sucumbindo ao embate mercadológico<sup>6</sup>, o problema deste crescimento foi permitir a criação daquilo que conhecemos como sensacionalismo, o *yellow journalism*, jornalismo amarelo, pois devido à enorme liberdade de que as publicações dispunham, alguns jornais começaram a praticar um falso jornalismo, que aliado à procura de



maior lucro, começa a transformar invenções em realidade e mentiras em verdades jornalísticas. Respalhando a veracidade de tal distorção, o caso mais flagrante, e talvez o maior exemplo destes eventos, remete para o magnata da imprensa americana William Randolph Hearst, dono do *New York Journal*, que à procura de maiores lucros, e na tentativa de bater o rival *New York World*, fez da guerra pela independência de Cuba uma autêntica novela.

Desde então, com um maior volume de recursos de comunicação e de rapidez de transmissão de dados<sup>7</sup>, a guerra torna-se, assim, o objeto mais desejado da imprensa, e desde que William Russell iniciou a atividade, esta especialização jornalística não deixaria de evoluir. Há que se ressaltar uma dualidade presencial imposta: e se no que toca ao jornalismo isso era algo benéfico, para o lado dos governos não era bem assim; os Estados estavam a perder um importante sigilo, e com tanta liberdade, com o *yellow journalism* em crescimento, e com a primeira grande

guerra prestes a começar, algo tinha de ser feito para travar o poder dos media; os jornais tinham de ser mais controlados, o que levaria a uma nova era do jornalismo de guerra, a da censura preventiva.

Complementando a informação acima<sup>8</sup>, a verdade é que apenas a partir de 1915 os jornalistas passam a poder cobrir a guerra, no entanto, o grupo seria escolhido a dedo (sistema pool) e apenas cinco jornalistas aprovados seguiram para a frente. E trabalhando sob uma censura apertada e altamente controlada pelos militares, apenas as informações da vida das trincheiras eram objeto de publicação, e, com o adendo de que, quando se escrevia sobre os combates, o assunto era descrito da forma que o governo entendia e apenas quando as batalhas tivessem terminado.

Iniciando com o telegrafo e a fotografia, ainda nos conflitos do século XIX – Guerra Civil Americana, Guerra da Criméia, Guerra do Paraguai etc –, e, logo depois, no século XX, o uso do cinema e do rádio – da Primeira Guerra Mundial em diante –, e depois da



televisão – a partir da Guerra do Vietnã, mas intervalos de transmissão para os Estados Unidos de cerca de dois dias –, e das redes de computadores no final do século anterior – na primeira metade do século XX não havia internet, porém todos esses elementos já faziam parte do cotidiano, e tal como hoje, já eram usados para fazer jornalismo, incluindo o de guerra, sem esquecer do fax –, tais ferramentas possibilitaram uma maior e mais detalhada cobertura jornalística dos conflitos armados. Frisando que, dentro desse viés evolutivo e tecnológico<sup>9</sup>, a primeira década do século XXI trouxe a era da informação sem limites: com o aperfeiçoamento da internet e a sua massificação mundial, temos hoje à nossa disposição texto, fotografia, som, vídeo e comunicação interpessoal, tudo numa só plataforma e à distância de um clique.

O grande problema gerado por esse imediatismo de um noticiário no ar 24 horas era a necessidade constante de suprir o público com novas notícias. O resultado dessa pressão de desdobra em uma dupla

conotação: ou uma mesma notícia era repetida por mais de um apresentador/jornalista “por revezamento”; ou então por qualquer profissional desqualificado como correspondente de guerra e que só relata aquilo que a própria audiência podia identificar e concluir por si mesma.

Assim<sup>10</sup>, quando se assiste ao salto da simples e estática *World Wide Web* (www) para a inovadora e interativa Web 2.0, o jornalismo ganha um novo aliado e as páginas online um novo significado e relevância, já que não fosse assim e nenhum jornal estaria a apostar nos conteúdos noticiosos pagos online, ou em outros serviços *premium* que fidelizem o utilizador à sua página da Net além do meio mais tradicional. E, no que toca à especialização abordada, o meio digital trouxe três grandes novidades que podem tornar os outros media obsoletos: imediatismo melhorado, convergência de conteúdos e liberdade de criação.

Em termos comparativos, grosso modo, de acordo com Carvalho, quanto à primeira, a internet con-



segue uma grande vantagem em relação à televisão, por exemplo, e mesmo apesar de se manter o risco da publicação de conteúdo desnecessário (como acontece na TV com o excesso de diretos) o seu conteúdo pode ser ignorado pelo utilizador, que pode escolher não abrir as notícias – ao passo que na televisão, assim como na rádio, para tal tem de mudar a estação. Existe uma maior seleção ao nível de conteúdo, como não existe no direto da TV e rádio, onde o repórter fala diretamente, e: algum excesso de informação é facilmente subtraído ao texto, ao mesmo tempo em que a voz ou o vídeo podem ser editados.

O que se pode, e se deve fazer, é se ilustrar para poder filtrar a informação, checar fontes e atestar as suas credibilidades, ligações e intencionalidade, além de tratar de questões como censura, autocensura, forjamento de provas e falso jornalismo. O que se pode ter certeza de que nenhum meio de comunicação se revelou perfeito para a cobertura de um conflito<sup>11</sup>, no entanto, ao mesmo tempo, vale

realçar e enaltecer que a especialização de guerra evoluiu muito em cerca de um século e meio de existência, uma vez que desde William Howard Russell até à Primavera Árabe foi um longo e árduo caminho pela melhoria da informação.

Seguindo a lógica de Lavoisier de que “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, a atual “imprensa marrom” – uma expressão de cunho pejorativo, utilizada para se referir a veículos de comunicação (principalmente jornais, mas também revistas e emissoras de rádio e TV), e mesmo na internet, considerados sensacionalistas, ou seja, que buscam elevadas audiências e venda-gem através da divulgação exagerada de fatos e acontecimentos, sem compromisso com a autenticidade – é a versão mais recente do *yellow journalism*, do século XIX. E seguindo esses trâmites bombásticos, temos o avolumamento da explosão/extrapolação de notícias falsas (sendo também muito comum o uso do termo em inglês *fake news*), que são um tipo/subproduto de imprensa mar-



rom que consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, ou ainda online, como nas mídias sociais.

Vieira<sup>12</sup> assevera que, como se sabe, a cobertura internacional é ampla, pois abrange desde a política e cultura até acidentes de grande magnitude, desastres naturais e guerras, e como consequência, o profissional que ocupa a função pode ter um dia tranquilo seguido de outro em que fica a dois passos da morte. Então, é preciso ter muita coragem, pois a realidade é violenta e triste – com 30 jornalistas mortos nos primeiros meses de 2015 (*Committe to Protect Journalists*), sendo 10% de correspondentes internacionais – pois enquanto alguns morrem em acidentes de carro em coberturas de eventos esportivos, por exemplo, outros são vítimas de explosões e ataques terroristas em locais públicos – ou nos fronts, decapitados por grupos como o ISIS – e que matam centenas de pessoas de uma vez; ou de mesmo de sequestros e torturas.

Fica patente, pois que<sup>13</sup> as atuais guerras, conflitos armados e o surgimento de grupos considerados terroristas é um dos fatores que contribui para os riscos da profissão do correspondente, com o agravante de que por ser cidadão de outro país, a vida do correspondente é encarada como moeda de troca por grupos extremistas, sendo potencialmente negociável com o governo de seu país de origem, fatos que costumam ser reportados nos telejornais, quando o próprio jornalista é a notícia: os sequestrados capturam o correspondente e mandam mensagens em vídeo fazendo exigências para que ele possa ser libertado ou, no mínimo, para que não seja morto.

Cabe destacar que se trata da apresentação de um cenário primário, sem considerar outras variáveis tão sinistras quanto macabras<sup>14</sup>, ou seja, essas são apenas algumas demonstrações que dão relevância aos atuais riscos da profissão: ele existe, é real. O efeito mais imediato e danoso é o medo que acompanha tais constatações e ocorrências, e mesmo que seja a título



preventivo, sempre se pondera por uma limitação da atuação desses profissionais, e, por isso mesmo, associado a outros fatores, pode ser decisivo (ou pelo mesmo um forte argumento) para a diminuição do número de correspondentes – tanto por parte das empresas jornalísticas como por parte dos próprios jornalistas.

O que de fato então os protege? Não se pode deixar de frisar que as guerras contemporâneas são regidas por convenções e tratados pautados pelo Direito Internacional Público, assim<sup>15</sup>, para proteger (pessoas) e controlar (conflitos), em 1864, na cidade de Genebra, foi realizada uma convenção com o objetivo de traçar certas normas para as guerras, contudo é, porém, uma falsa visão acreditar que antes disso não houvera a tentativa de impor limites às ações dos conflitos, pois desde que há guerras, há uma tentativa da humanidade de impor restrições legais e morais ao seu uso e aos seus costumes. Destacando que a Convenção de 1864 foi a primeira de uma série realizadas ao longo da segunda metade do

século XIX e todo o século XX, sendo que o resultado desses encontros é o que conhecemos hoje por Direito Internacional Humanitário, que tem como principal objetivo orientar e proteger as vítimas dos conflitos armados.

Igualmente importante, dentro da visão de Borges<sup>16</sup> é fazer a distinção superficial entre o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos. Objetivamente, enquanto o primeiro é um “direito de exceção, de urgência, que intervéem em caso de ruptura da ordem jurídica internacional”, o segundo “tem como objetivo garantir, em todo momento, aos indivíduos, desfrutar dos direitos e das liberdades fundamentais e protegê-los das calamidades sociais.”

Embora tendam, por natureza, a se intercalar, são diferenciados. O que se pretende promover é a noção límpida e cristalina de que<sup>17</sup>, assim, o Direito Internacional Humanitário é um direito de guerra, promovido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, enquanto os Direitos Humanos – criado em 1948 – é um direito de paz, promo-



vido pela Organização das Nações Unidas. Fica claro, entretanto, que ambos se complementam e nasceram do interesse comum de respeitar a dignidade humana, seja em tempos de “paz” ou de guerra.

A cobertura de guerra e conflito diverge do jornalismo convencional. Com uma rotina incerta, o correspondente que se propõe a trabalhar nessa área acaba por ter que lidar com a abrangência de temas fora de seu país de origem, tendo acesso, a outra cultura, política, economia e linguagem particulares. Além do mais, com interesses muitas vezes camuflados. O jornalismo de guerra e conflito se torna fundamental, sendo que é através dele que temos a noção real do que acontece, tanto no nosso país, como nos outros, além do mais “é um absurdo afirmar que ‘toda guerra é absurda’, para a quebra deste tabu existe o jornalismo de guerra com o propósito de enfrentar certos constrangimentos para nos relacionar com o mundo.” O jornalismo de impacto, como o de cobertura de guerra é responsável por garantir aos receptores, visões de um meio, onde a realidade não é a mesma da que vivenciam. Capaz de

criar conceitos e embasamentos diferenciados com relação a países distintos, o correspondente internacional que se vale de seu conhecimento para transmitir aos demais a sua versão dos fatos, garante um novo rumo à história. Muitas vezes, apontando, uma crítica que gera a reflexão das pessoas.<sup>18</sup>

O que Forentin e Bertol<sup>19</sup> transparecem é a prova inequívoca de que a intensidade do trabalho abala diretamente o rendimento do trabalhador, mas mesmo assim o profissional tem maior facilidade em reportar uma dor física do que psíquica, “falar da saúde é sempre difícil, já que evocar o sofrimento e a doença é, em contrapartida, mais fácil, pois todo mundo o faz, e, como se, a exemplo de Dante, cada um tivesse em si experiência suficiente para falar do inferno e nunca do paraíso. Certo é de que quando mais a pessoa ficar exposta e vulnerável maior o risco de ter uma doença, a capacidade de recuperação e defesa do organismo vão diminuindo, com o que aumenta a vulnerabilidade a fatores patogêni-



cos externos e, em consequência, o risco geral de adoecer.”

Agravando tal quadro<sup>20</sup>, os meios de comunicação buscam suprir suas necessidades e promover o show sem pensar na saúde dos profissionais, o perigo está no glamour e o charme funcionarem como cortinas de fumaça a esconder as feridas abertas e os pontos obscuros do nosso ofício, de modo que as situações patológicas se apresentam em um espetáculo informativo, onde o insignificante nos parece importante, a incoerência nos parece saudável. Vê-se que, dessa forma, é perceptível a importância da psicologia do trabalho, sendo que a mesma pode interferir na organização e no ambiente de trabalho a fim de zelar pelo equilíbrio emocional das pessoas, sem deixar de considerar que nos traumas psicológicos, estresse pós-traumático (TEPT) etc.

Talvez o caso mais emblemático e tétrico dessas afetações psicológicas é o acontecido (suicídio) com Kevin Carter<sup>21</sup>, um premiado fotógrafo sul-africano, que fotografou uma criança faminta

tentando chegar a um centro de alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU), próximo à aldeia de Ayod, quando um abutre-de-capuz apareceu nas proximidades, e essa foto foi tirada no ano de 1993, no Sudão (numa área que hoje pertence ao Sudão do Sul); na época, o país estava arrasado por uma longa guerra civil. Na época, vendida para o *The New York Times*, a fotografia foi publicada pela primeira vez em 26 de março de 1993 e foi repassada para muitos outros jornais ao redor do mundo, e, em 1994, a imagem ganhou o Prêmio Pulitzer de Fotografia Especial.

Refinando um pouco mais, Borges<sup>22</sup> chama a atenção para o detalhe, nem sempre aventado/ventilado, de que, por outro lado, esse mesmo direito humanitário distingue dois tipos de jornalistas de guerra. Antes de expor tal separação há que se saber que ambos são enquadrados como pessoas que seguem as forças armadas sem, entretanto, fazer parte delas, que são: o primeiro é o *embedded*, que segue um exército, com autoriza-



ção e proteção de um dos lados beligerantes, usa um uniforme e ganha uma patente; o segundo é o jornalista independente que não se submete às regras ou proteções de qualquer um dos lados beligerantes.

Mediante tal quadro, medidas protetivas foram tomadas:

Assim, observa-se claramente que desde a Conferência de Genebra de 1974-1977 os correspondentes de guerra possuem uma posição privilegiada dentro dos conflitos armados. O artigo 79 do Protocolo I trata especificamente disso:

Artigo 79 - Medidas de proteção de jornalistas

1. Jornalistas que realizam trabalhos profissionais riscos em áreas de conflito armado serão considerados pessoas civis na acepção do n.º 1 do artigo 50.

2. Eles serão protegidos como teem conformidade com as convenções e presente Protocolo, desde que nenhuma ação seja tomada sua condição de civis e sem prejuízo do direito de correspondentes de guerra credenciados às forças armadas de benefício estatuto previsto no artigo 4A.4 da Convenção.

3. Eles podem obter um cartão de identidade de acordo com o modelo anexo ao Anexo II do presente Protocolo. Este cartão, que será emitido pelo governo do estado do qual eles são nacionais, ou no território de que residem ou onde a agência ou imprensa que os emprega, atestará a qualidade do trabalho do jornalista titular.<sup>23</sup>

Obedecendo a essa retórica devidamente abalizada, Cinelli<sup>24</sup> reafirma que, de fato, a violência maciça organizada é a única característica que distingue a guerra de todas as outras atividades humanas, já que o papel desempenhado pelo Estado e seus agentes, notadamente os responsáveis pela administração da violência, é decisivo para que a legitimidade nessa aplicação seja mantida. Nessa estrutura institucionalizada e centralizada, isso passa, por exemplo, pela preocupação com a difusão adequada do conteúdo dos diversos tratados e normas humanitárias a todos os reais e potenciais destinatários, tanto na paz quanto na guerra.

Não se pode ignorar o fato de a guerra estar sob a tutela absoluta



e exclusiva do Estado foi um importante marco rumo à consolidação do próprio conceito de Estado, frisando que, a despeito de algumas opiniões contemporâneas divergentes, aparentemente assim continuará a ocorrer. Numa visão mais encadeada pelos estudos e indicadores mais confiáveis, mesmo que outras variáveis surjam como intervenientes, decorrentes das “novas guerras” ou da “governança globalizada”, é provável que ainda assim permaneçam imutáveis algumas convicções, principalmente aquelas ligadas à ênfase na condução de conflitos armados sem perder de vista o aspecto humanitário.

Assim, em sua essência<sup>25</sup>, a noção de legitimidade corresponde à ideia de uma relação harmônica de uma instituição, uma pessoa, um ato determinado, com o seu fundamento ético, que pode ser um modelo pessoal, humano — herói, profeta ou super-homem — ou divino; ou então, da conformidade com um conjunto de princípios e regras de comportamento, e, sob esse aspecto, a legitimidade nada mais é do que uma forma de justi-

ça. Levando em consideração que a guerra é a primeira e mais antiga das relações internacionais, e que já nos tempos antes da História, o sucesso guerreiro aparecera muito cedo, com seu aspecto de o mais violento e teatral entre os fenômenos sociais, a necessidade de regular as hostilidades bélicas entre as nações deu origem, recentemente, ao DICA (Direito Internacional dos Conflitos Armados) — o qual deve exercer ao longo do processo decisório militar, o que tange à condução ética de um conflito armado —, portanto, a ancestral interligação entre guerra e direito é uma evidência de sua indissociabilidade

Embora pareça controverso e mesmo desproporcional, Costa Júnior<sup>26</sup> comprova que o Direito Internacional Público não existe como direito, pelo menos é o que deixa transpassar por lhe faltar a previsão de sanções, um poder verdadeiramente sancionador com condições de coercibilidade e que vai esbarrar na soberania dos Estados. E tem mais: por orientar-se, não por um universo normativo, mas por interesses de pessoas natu-



rais específicas e dos Estados que governam, nem sempre das nações ou dos povos que, proporcionalmente, nem sempre estão a dar seu aval àquele que tem o poder constitucional de fazer a guerra.

Até para um leigo<sup>27</sup>, certamente que isso não é Direito, muito embora se o possa conceber como um esboço de universo formado por elementos regentes do chamado concerto das nações. Nesse jogo do xadrez do equilíbrio do poder mundial, tudo se dá sob a batuta de uns poucos que governam o mundo e tem, sob a sua chancela, o poder, a ganância e um Direito internacional que ainda não consegue estabelecer normas realmente eficazes e limites realmente delimitadores dos direitos irrealis que tem alguns governantes.

No caos da guerra a letra da lei parece ser alvo prioritário de aniquilação. A indiscriminação das vítimas parece ser a única certeza de homogeneidade e de uma certa condição igualitária sombria e tenebrosa que não diferencia os que tombam ante a senda criminoso de certos combatentes sanguinários.

## TENDENCIONISMO E CENSURA

Algo que precisa ser entendido de imediato é que<sup>28</sup> o correspondente, como o antropólogo, necessita de algum tempo para entender aquela nova sociedade com a qual vai lidar em seu trabalho, portanto, a etnografia (o estudo descritivo das diversas etnias, de suas características antropológicas, sociais etc; o registro descritivo da cultura material de um determinado povo) depende disso tanto quanto a cobertura jornalística. A individualidade, a formação e as convicções desses profissionais funcionam como filtros, mas o trabalho de ambos, no entanto, devem ser baseados em suas perspectivas nacionais sob a cultura estrangeira sobre a qual reporta, e é por essa condição cultural e civilizatória que diversos antropólogos escreveram a respeito do olhar de estranhamento e exterioridade por parte do pesquisado em relação ao seu objeto, ou seja, essa seria uma atitude necessária e até natural,



provinda da presença de sua própria cultura e de sua origem, que não devem ser descartadas devido ao contato com uma nova cultura.

Para que não se perca o “olhar de alteridade”, evitando dispersões focais e de comunicação efetiva e inteligível entre o emissor (correspondente) e o receptor (leitores, público alvo), Rusky<sup>29</sup> pondera que um correspondente muito tempo em um país pode deixar de pensar como seus leitores e pensar como suas fontes, o que pode ser fatal para um bom trabalho. A razão de se evitar essa maior interação sociocultural com os “nativos” se baseia na percepção de que é importante que o correspondente, além de informado sobre o que acontece em seu país, lembre-se da forma de pensar de seus conterrâneos, para conseguir traduzir a eles uma realidade estranha: ele (o correspondente) tem que traduzir a realidade do país em que está e fazer o máximo possível de comparações que permitam às pessoas identificar o que está acontecendo com os referenciais que estão acostumadas a usar aqui em casa; o correspondente não

pode, de maneira alguma, perder o contato com o seu país.

Por outro lado, também não se pode, e nem se deve, deixar de suprir seus leitores/público com informações e curiosidades sobre aquele pedaço do nosso planeta onde ele se encontra para que não se crie a ilusão que existe uma homogeneidade internacional contínua e clonada. Analogias são muito bem vindas, úteis mesmo, já que as comparações são uma forma de trazer mais para perto o que é alheio<sup>30</sup>, hipoteticamente, se acontece um escândalo envolvendo um jogador de futebol americano nos Estados Unidos, por exemplo, é provável que o brasileiro médio não o conheça, e compará-lo com algum jogador brasileiro tão famoso quanto, mas de futebol, esporte popular no Brasil, pode ser uma boa saída para que o brasileiro entenda a proporção do caso.

Moretti<sup>31</sup> compartilhada da certeza de que o jornalismo, cujo compromisso maior deveria ser com a verdade, como diz um conhecido *slogan*, nem sempre primou pela ética durante sua turbu-



lenta história. Assim, distorções de fatos, meias-verdades, exageros, narrações tendenciosas de acontecimentos são elementos presentes nessa atividade, provavelmente desde que um tambor pioneiro ressoou transmitindo a primeira notícia a distância, ou desde que uma testemunha ocular resolveu narrar o que viu para outras pessoas. Desde quando?

Já nos primeiros relatos de guerra de que se tem notícia, aqueles do Antigo Testamento da Bíblia, temos pontos de vista claramente tendenciosos, principalmente quando se tratava de narrar os combates do povo hebreu contra os filisteus, egípcios ou qualquer outro povo. Posteriormente, outros relatos de guerra igualmente distorcidos foram sendo produzidos ao longo da história, muitos na forma de poemas épicos, como a *Iliada* de Homero, outros na forma de crônicas, como as campanhas de Júlio César na Inglaterra.

Até então, seus redatores eram anônimos. O primeiro correspondente de guerra que merece tal nome só apareceu no século XIX, especificamente na Guerra da Crimeia (1854), que en-

volveu a Inglaterra e a Rússia numa disputa de fronteiras. O papel de correspondentes era atribuído a jovens soldados que mandavam cartas das frentes de batalha, expediente bastante insatisfatório, pois não apenas esses soldados-correspondentes eram altamente seletivos com o que escreviam, como mal entendiam o processo jornalístico. Foi então que o editor do *The Times* londrino enviou para o campo de batalha um repórter especialmente contratado para a função: William Howard Russell, o primeiro correspondente de guerra. Ele fez tamanho sucesso cobrindo a guerra que depois reportou outros conflitos, como a Guerra de Secessão EUA e a Guerra Franco-Prussiana.<sup>32</sup>

Surge, dos comportamentos desviantes e posturas aélicas e antiprofissionais, um novo filão na indústria jornalística, e sobre a qual Moretti destaca que com o sucesso da cobertura dessa guerra, os correspondentes se tornaram estrelas, trata-se da Era de Ouro dessa categoria de jornalistas, e que foi entre 1865 e 1914.<sup>33</sup> Nessa esteira, rapidamente, o correspondente se tor-



nou o herói de suas próprias histórias, contando-as com toda a cor e intensidade, contexto onde o crédito ‘Do nosso correspondente’ foi eliminado e substituído pelo nome do próprio repórter, e que tinham por características: meio malucos, meio aventureiros, viajavam em cavalo, jegue, camelo, de esqui, de navio ou de trem para onde fosse; carregavam cartas de crédito, peças de ouro e, como não poderia deixar de ser, um par de pistolas sempre carregadas; alguns deles chegaram inclusive a servir ao Ministério das Relações Exteriores de seus países como espões e informantes.<sup>34</sup>

Lopes<sup>35</sup>, ao abordar a relação comensal e simbiótica entre os correspondentes de guerras e a censura a que são submetidos, relembra, a priori, que, por definição, a correspondência de guerra consiste na transmissão periódica de notícias de uma guerra por jornalistas profissionais enviados por órgãos de imprensa ou *freelancers* a uma zona conflagrada no exterior, além do que, nesse sentido, esta prática consiste em um tipo específico de jornalismo profissional

internacional, exercido por um repórter no local dos acontecimentos. Sem deixar de citar que, ao longo da história da correspondência de guerra, o mito em torno do jornalista que vai ao front foi crescendo entre leitores e dentro da própria categoria profissional na qual se insere o repórter, a ponto de ser visto como uma estrela dentro da profissão.

Reforçando afirmações anteriormente estabelecidas<sup>36</sup>, historicamente, a relação entre jornalistas e o acontecimento guerra confere embasamento à notória frase do senador americano Hiram Johnson, que, em 1917, afirmou: “A primeira vítima, quando começa a guerra, é a verdade”. Com a ressalva de que a dualidade/dubiedade dessas situações caóticas, e mesmo o dualismo ético – bem x mal – deve ser percebida e conhecida antes de ser amaldiçoada e defenestrada: a guerra é uma situação extrema, confrontado com cenas de violência, em que sua vida está em risco, o ser humano costuma expressar instintos primitivos, como a luta por sobrevivência, o ódio, a indife-



rença; mas, em algumas ocasiões, também expressa solidariedade e senso de proteção da família e de seu círculo social.

A guerra e seus correspondentes jornalísticos vivem essa relação de amor e de ódio, mas acabam se tornando inseparáveis por simples “retroalimentação”: Informação é poder, seu controle/censura é uma arma vital.

Lopes<sup>37</sup>, numa breve análise primária, afirma que o controle da informação é considerado por estrategistas militares uma arma importante utilizada na guerra, pois sendo o jornalista um agente do conflito disposto a tornar públicas descrições e narrativas sobre o acontecimento, é presumível que seu trabalho, capaz de influenciar as demais forças envolvidas e a opinião pública, seja alvo de controle. Daí, em muitos casos, o jornalista acaba por se engajar no esforço guerra, com relatos a favor do governo de seu país, onde é frequente o jornalista, em situações de conflito, se deixar manipular por fontes militares ou governamentais, sendo que a regra geral na cobertu-

ra de guerra é o repórter mais ou menos aderir acriticamente às causas e racionalidades que sua nação defende no conflito.

Dessa forma<sup>38</sup>, passa a valorizar a coragem e a bravura dos soldados, sem questionamentos, sendo que a relação entre o jornalista e os governantes começa a sofrer afetações mais intensas – equilibrando-se entre conviência, aceitação, conflitos e censura - no final do século XIX. E já no início da I Guerra Mundial, na Grã-Bretanha, sob o Decreto de Defesa do Reino, foi criado um sistema de censura tão severo que seu legado estende-se até hoje, e, como bônus, a boa vontade dos proprietários de jornais na aceitação desse controle e sua cooperação na disseminação da propaganda trouxe-lhes a recompensa do status social e do poder político; mas também minou a confiança do público na imprensa.

No irromper da Grande Guerra (1914-1918), Lopes<sup>39</sup> destaca que, inicialmente, o correspondente de guerra não se enquadrava no esforço de propaganda – os proprietários de jornais estavam ansiosos



em cobrir a guerra, principalmente porque ela seria um bom negócio para os periódicos, as dificuldades eram imensas, e para piorar o governo britânico ordenara que qualquer correspondente encontrado no campo fosse preso, tivesse seu passaporte apreendido e fosse expulso da região. Nesse contexto, enquanto o continente mergulhava no conflito, alguns correspondentes entravam e saíam da prisão, outros ingressavam clandestinamente na Alemanha e, outros ainda, conseguiam suas primeiras informações exclusivas, como Granville Fortescue, que noticiou, em primeira mão para o *Daily Telegraph* de 3 de agosto de 1914, a reportagem “País invadido por soldados alemães. A Bélgica era ocupada pela Alemanha”.

Apesar de toda essa arquitetura desinformativa<sup>40</sup>, é importante trazer uma vez mais as palavras de Ribeiro: “se guerra é ruim, guerra sem jornalista (ou escritor) por perto é pior”, pois, dentre outros serviços meritórios e humanitários prestados, foi a cobertura dos correspondentes britânicos que levou

o governo a melhorar as condições de higiene e de assistência médica nos campos de batalha. Avançando um pouco mais no tempo, e na evolução dos meios e ferramentas de comunicação, cabe lembrar que foi a cobertura no Vietnã – sobretudo a dos norte-americanos, e lá, principalmente, a de televisão – que fez com que, pela primeira vez na história, a população dos EUA se colocasse contra seu próprio governo, de tal forma que fez minar o apoio político ao conflito, e como consequência derradeira, isso abalou o moral das tropas, levando os Estados Unidos a confrontarem com a mais humilhante derrota militar de sua história.

Em brevíssimo comentário acerca da temática desse simpósio, cabe destacar que<sup>41</sup>, no caso da cobertura brasileira na II Guerra Mundial, o trabalho dos correspondentes era triplamente censurado: pelo V Exército Aliado, pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP): os exagerados elogios aos soldados nacionais contidos nos textos dos correspon-



dentes chegavam a tal ponto que, às vezes, provocavam constrangimentos entre os próprios pracinhas. Sobressai-se a prática de Rubem Braga teria sido exceção, uma vez que o profissional teria conseguido driblar o controle governamental para fazer chegar ao público seu pensamento sobre a guerra, e apesar de ter o seu trabalho de cobertura de guerra sensivelmente limitado, desenvolveu o seguinte esquema: por outro lado, paradoxalmente, ele conseguiu uma liberdade que não havia usufruído no Brasil estadonovista; utilizando-se, para isso, de recursos literários inseridos dentro do seu trabalho jornalístico, como contar a trajetória de personagens que causassem simpatia e identificação do leitor ou relatar situações que validassem a sua opinião; através da análise da sociedade italiana e de outros aspectos da guerra, ele conseguia expressar as suas opiniões políticas e a sua visão de mundo, o que seria muito difícil de se obter no jornalismo brasileiro da época.

Borges<sup>42</sup> reitera que o papel do jornalista de informar os fatos, a

“verdade”, torna-se algo secundário dentro de um ambiente onde a hostilidade e a sede pela vitória imperam. Entendendo-se que publicar qualquer coisa que coloque a nação em risco ou choque a opinião pública pode ser e é encarado como uma ameaça e o seu divulgador deve enfrentar as consequências de seus atos.

Ecoa aqui, de forma retumbante, a certeza de que<sup>43</sup>, nesse sentido, a última coisa que veremos dentro da cobertura de guerra é a liberdade de imprensa, independente do país onde ela é feita e para o qual ela é realizada, pois nenhum conflito jamais travado pela humanidade e coberto de uma forma ou de outra pelos jornalistas esteve livre da censura; nem mesmo a guerra do Vietnã como muitos querem crer. De sorte que, fosse num ambiente ou em outro, a censura estava sempre presente e trabalhando para manter a opinião do público interno ignorante dos acontecimentos do front.

Quando trocamos o Direito Natural pelo Direito Positivo, há milhares de anos, para vivermos



numa sociedade com instituições e governos, parte da liberdade foi sacrificada em nome de duas ações que se faz querer serem encaradas como umbilicais e estritamente necessárias para a garantia da caminhada civilizatória: a manutenção da ordem pública e a preservação da paz social. Em já existindo restrições e censuras prévias dentro da normalidade dessas situações aceitas pela população, não causa estranheza nem tampouco repulsa o fato de que durante períodos de guerra tais “amarras” sejam ainda mais apertadas.

Estabelece-se, pois, nessa seara de dicotomia primordial<sup>44</sup>, a conexão entre comunicação e conflitos, a qual é, então, bastante visível, já que, desde o século XVI, guerras e disputas marcaram toda a Europa, seja no seu período mercantilista, seja na fase capitalista e continuam a marcar até a atualidade, com o advento da globalização, de modo que notícias de guerras e feitos militares assinalam o início da imprensa e permeiam toda a sua história. Como luz e trevas caminham sempre juntas, a imprensa

trouxe consigo, entretanto, outra novidade: a censura, conhecida pela primeira vez durante a guerra dos Trinta Anos (1618-1648), na Alemanha, esta foi a primeira grande guerra europeia, caracterizada por um conflito religioso entre católicos e protestantes, que se estendeu de 1618 a 1648, e provocou o esfacelamento do Sacro Império Romano-Germânico.

Outros governos/países copiaram essa “prática preventiva”<sup>45</sup>, uma vez que foi também para impedir que as notícias desse longo conflito chegassem em detalhes ao conhecimento do público inglês que o Star Chamber Decree, em vigor de 1632 a 1638, inviabilizava parte da imprensa britânica e de certo modo dava a ela novos rumos. Dessa feita, a censura vinha na forma de imposições governamentais, proibição de circulação de jornais que não fossem os oficiais, taxações exorbitantes, bem como: é interessante notar, porém, que a censura surge dentro de uma imprensa claramente voltada para as notícias que vinham de terras distantes; sua explicação se deve à



intenção dos governantes locais de impedir a disseminação do gérmen das grandes revoltas ou revoluções dentro de seus países e evitar impugnações às medidas oficiais.

Revisitando uma noção/entendimento basilar já exaustivamente reprisada até aqui, Cinelli<sup>46</sup> nos faz rememorar a compreensão primária, e histórica, de que o monopólio dos meios destinados à aplicação da violência e às ações constabulares (poder de polícia) é uma das principais características do Estado moderno, permeando seus elementos constitutivos (povo, território e governo soberano). Relembrando ainda que isso o caracteriza, dentre outras razões, porque o distingue das comunidades pré-modernas, onde a ameaça de violência humana por parte de exércitos invasores, bandoleiros e senhores da guerra locais era constante e indiscriminada.

Sem esquecer-se de asseverar, enfaticamente, que<sup>47</sup> o que nós tendemos a perceber como guerra, o que habitualmente se define como guerra é, de fato, um fenômeno que tomou forma na Europa entre

os séculos XV e XVIII e está inextricavelmente ligado à evolução do Estado moderno. Em assim sendo, eis porque a guerra legítima precisa ser, para ser de fato legítima, gerida exclusivamente pelo Estado, que a monopoliza, administrando os meios e, por extensão, dosando-lhes a sua aplicação.

O conjunto de medidas restritivas de informação é, por isso, rotulado como Lei de Censura, frisa-se o destaque para a precedência e procedência da expressão firme da “Lei”.

Enquanto prerrogativa do Estado, nas situações aquém e além da normalidade da divisão entre Poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), e no respeito a sua autonomia e destinações próprias, o direito de se fazer leis de exceção em nome tanto da segurança como da soberania nacionais encontra na guerra um terreno fértil para sua expansão, diversificação e aprofundamento.

## **SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E CORRESPONDENTES BRASILEIROS**



Para muitos estudiosos e pesquisadores a Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) nada mais é do que a continuação da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), após um interregno, uma suspensão das hostilidades, de um reenquadramento geopolítico, durante um breve intervalo comumente denominado como Período Entre Guerras (1918-1939). Essa “meia-verdade” – se é que tal coisa de fato exista, ou que seja possível – esbarra em um dos aspectos mais determinantes e diferenciais desse intervalo nesse grande jogo bélico do século XX, a saber: o uso massivo e profissional da propaganda como instrumento de poder e de aparato ideológico a partir da década de 1920.

Em auxílio a essa argumentação basilar, Henn<sup>48</sup> corrobora o entendimento de que uma característica fundamental da Segunda Guerra Mundial refere-se à existência de outra guerra, paralela à bélica, para a qual foi dada uma grande importância por parte dos governos dos países beligerantes.

Ação direcionada e vocacionada prematuramente, cenário onde a luta pela dominação das consciências da população atingiu tamanha proporção que tornou a guerra propagandística um ponto central do conflito, assim: a propaganda estava inserida em todos os veículos de comunicação, não havendo nenhum órgão de imprensa que escapasse dessa realidade; desde a veiculação de notícias até os anúncios publicitários, tudo fazia parte da propaganda estratégica de guerra.

Com o adendo de que<sup>49</sup>, anteriormente, na Primeira Guerra, já tinham sido usadas técnicas propagandísticas, mas, desta vez, em consequência da evolução tecnológica dos meios de comunicação, essas técnicas apresentavam um enorme grau de sofisticação. Contudo há um importante diferencial, enquanto, no conflito anterior, a propaganda e a censura eram geralmente responsabilidades do mesmo departamento, agora, existiam pessoas com a função específica de realizar a propaganda.

Deixando de lado a abordagem como o ódio étnico, o racismo



e a difamação política e ideológica que marcaram o envolvimento da imprensa e da propaganda, de forma ostensiva, monstruosa e ignóbil, durante a Segunda Grande Guerra Mundial, destaca-se que<sup>50</sup>, no que tange à cobertura jornalística, a Segunda Guerra caracterizou-se por marcar a consolidação do rádio como principal meio de comunicação popular mundial, com exceção de esporádicos filmes com caráter documental exibidos nos cinemas, as pessoas não tinham acesso a imagens reais dos combates; a televisão só iria se difundir após o término da guerra. Portanto, sendo assim, somente o rádio poderia transmitir ao vivo das zonas de combate, era a partir da narração do locutor que o público ouvinte construía a sua imagem das batalhas, o que fez com que o rádio cumprisse um papel fundamental no sistema de propaganda elaborado pelos aliados<sup>51</sup>: os locutores estavam cientes do papel que lhes cabia: incrementar o interesse da população pela guerra, levando a que a torcida pela vitória dos seus compatriotas contagiasse o maior

número de pessoas; por isso, procuravam fazer as transmissões de forma dinâmica e emotiva.

E como e onde o correspondente de guerra entra nessa arena?

Acentua-se, dentro da análise pontual de Henn<sup>52</sup> que a Testemunha Ocular era a única pessoa encarregada e com autorização de assistir ao andamento das ações nas zonas em que as autoridades proibissem a entrada dos demais correspondentes e, posteriormente, de divulgar o seu relato aos colegas, além do que na Segunda Guerra, esta pessoa era um jornalista escolhido pelos responsáveis militares, diferentemente da Primeira, na qual era um militar de carreira. Bem como, de outra parte, não era somente ele que deveria trabalhar sob o severo controle das autoridades militares, já que qualquer um que se interessasse em atuar como correspondente de guerra deveria passar por um complexo ritual de aceitação, e nesse processo, antes de seu credenciamento, estava sujeito a ficar concentrado em um quartel por um prazo estipulado, recebendo instruções e aprendendo



os regulamentos militares, assim como tinha de, obrigatoriamente, assinar um documento comprometendo-se a encaminhar o seu texto a todas as censuras instituídas pelo comando.

Obtendo sucesso na sua “educação inicial”<sup>53</sup>, depois disso, vestia um uniforme de tropas regulares, com a insígnia de *War Correspondent* bordada em dourado no ombro e um soldado encarregado de ser seu motorista era-lhe designado. Mas, apesar de contar com o posto simbólico de capitão, era credenciado formalmente como “junto às tropas”, ou seja, não era considerado parte das tropas regulares.

Não se pode deixar de pautar que o correspondente faz parte de uma complexa engrenagem – nacional e estratégica – que é o esforço de guerra. E naquele momento histórico crucial e decisivo para os rumos civilizatórios da humanidade<sup>54</sup>, devido à abrangência da aliança contra o fascismo e o nazismo na maior parte dos países do mundo, era extremamente difícil, senão impossível, encontrar correspon-

dentos de guerra que não se enquadrassem voluntariamente no esforço de guerra, quer seja aqueles que eram jornalistas, muitas vezes com experiência em cobertura de outros conflitos, seja os que eram escritores e trabalhavam nesta função pela primeira vez, todos, de forma mais ou menos acentuada, sucumbiram ao trabalho da propaganda patriótica.

O choque inevitável, porém na maioria das vezes adiado, por causa do engajamento, do nacionalismo e da responsabilidade que lhes pesavam sob os ombros, entre a verdade dos fatos e a narrativa produzida cobrou altos preços. Henn<sup>55</sup> esclarece que é interessante constatar que alguns correspondentes tenham feito, posteriormente ao término do conflito, exames de consciências sobre as suas atuações engajadas no esforço de guerra de seus países, mas que, no entanto, nem todos que o fizeram lamentaram terem trabalhado deste modo, já que grande parte defendeu a legitimidade de suas atuações, porque se tratava, segundo eles, de



uma guerra justa, ou seja, do bem contra o mal.

No campo inimigo<sup>56</sup> na Alemanha, desde o início da década de 30, existiam órgãos governamentais com a função específica de elaborar propaganda do regime, Joseph Goebbels era o Ministro da Propaganda e defendia em seus discursos que a adesão da população ao nazismo não deveria ser feita somente através da coerção física, embora admitisse a sua importância, e, para ele, as pessoas deveriam ser cooptadas ideologicamente através da propaganda, a qual, devido à sua relevância, deveria ser formulada com profundo rigor científico.

Formulações similares também se deram no campo dos Aliados. Henn<sup>57</sup> explica que, dessa forma, tendo em vista o perigo de a Europa ser dominada pelo nazismo, a partir do momento que Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética se engajaram definitivamente na guerra, a tendência natural para os meios de comunicação era integrarem-se voluntariamente à propaganda de seus países, situa-

ção na qual os próprios correspondentes se autocensuravam, hesitando antes de noticiar qualquer informação que pudesse prejudicar o esforço de guerra, receando serem considerados traidores dentro de seus países. Na outra ponta da cadeia midiática, os diretores e proprietários dos meios de comunicação tampouco consideravam descabida a censura, ao contrário, achavam que ela era inevitável em época de guerra: com efeito, em fevereiro de 1945, ocorreu a visita de três representantes da Sociedade Norte-Americana de Redatores de jornais à Londres com o objetivo de discutir o livre fluxo de notícias entre os países no pós-guerra; representantes de jornais ingleses declararam serem francamente favoráveis a essa liberdade de informações, mas somente depois de terminado o conflito mundial.

Marchioro<sup>58</sup>, ao expor sobre a participação de correspondentes de guerra brasileiros nos campos de batalha da Europa, inicia observando que a Segunda Grande Guerra iniciou-se em 1939, no entanto foi apenas em 1944 que o



combate começou a ser decidido, bem como que o Brasil participou da guerra entre setembro de 1944 e maio de 1945, enviando 25445 soldados e oficiais para o front. E que durante o tempo em que a FEB esteve na Itália, foram enviados jornalistas e correspondentes, e dentre estes estavam Rubem Braga, junto ao Alto Comando Aliado, e Joel Silveira, sobre eles descreve: Braga permaneceu na Itália de setembro de 1944 a abril de 1945, e durante este período escreveu a maioria dos relatos que compõem o seu livro *Crônicas de guerra: com a FEB na Itália*; Joel Silveira embarcou para a Itália no mesmo ano em que Braga, estiveram juntos em muitos momentos na guerra, e várias vezes passaram pelos mesmos lugares relatando suas experiências.

Numa breve retrospectiva histórica dessa faceta do jornalismo<sup>59</sup>, a primeira vez que se tem registro do envio de correspondentes de guerra da imprensa brasileira foi na Guerra do Paraguai (no século XIX), posteriormente na guerra que ficou conhecida como Guerra

de Canudos – o escritor Euclides da Cunha foi como correspondente (*O Estado de S. Paulo*) e daí já havia confluências entre literatura e jornalismo, da sua viagem escreveu *Os Sertões* –, e, em 1932, Rubem Braga cobriu como correspondente a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Dessa feita, pode-se dizer que Rubem Braga foi um dos pioneiros desse tipo de jornalismo no país.

Complementando essa narrativa, Marchioro<sup>60</sup> relata que pouco antes do envio das tropas brasileiras para a Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, os principais jornais do Brasil pediram permissão para que seus correspondentes de guerra fossem credenciados junto às tropas. Com a concessão assegurada, os primeiros representantes dos jornais brasileiros rumaram para a Itália em 22 de setembro de 1944, e entre eles estava Rubem Braga, do *Diário Carioca*; e em 23 de novembro, junto ao 4º escalão, embarcou Joel Silveira, dos *Diários associados*.

Comparando os estilos dos dois correspondentes em destaque:



Pode-se dizer que a crônica de Joel Silveira é aparentemente mais informativa e relacionada à linguagem jornalística que a de Rubem Braga, entretanto ambos os autores conseguem atingir o leitor cogitando reflexão e proporcionando fruição. No caso de Silveira, tal impacto é atingido porque ele seleciona momentos exatos de seus relatos onde se utiliza da informação para inserir algo que represente uma quebra na linguagem jornalística – o que aproxima seu texto da prosa ficcional, como é o caso da crônica “Aquilo lá é Bolonha”. Rubem Braga é tido pela crítica como um cronista lírico [...] Nesse sentido, tanto Braga quanto Silveira, apesar de todas as condições adversas (censura, distância, meio de transporte), trouxeram, além de informações, emoções e experiência às famílias que ficaram no Brasil.<sup>61</sup>

Concorda-se, em amplo espectro, com Charlon<sup>62</sup> na assertiva de que o pesquisador por meio da escritura/narrativa de Rubem Braga – e de outros correspondentes de guerra – está diante do “outro” materializado em escritura/textos e,

desta forma, em narrativas que abrigam interlocuções de vozes, de contextos e fronteiras. Sem esquecer-se de destacar que as histórias produzidas durante a guerra foram acolhidas por suportes diferentes e em tempos diferentes, gerando receptores, experiências, diferentes, uma vez que, no movimento, rumo à guerra, os soldados, mas também o correspondente de guerra encontrarão outros homens vindos de outras terras que ao se deslocarem, carregam em suas bagagens suas histórias.

Jamais se pode deixar de refletir/ponderar/argumentar que eles estarão juntos num outro país que a guerra manejada pela força impiedosa e devastadora do fascismo transformou em campo de batalha, bem como que, logo, eles irão compartilhar um espaço pluricultural.<sup>63</sup> Especificamente no caso do correspondente de guerra, deslocar-se para viver uma guerra mundial significa também viver a circulação de sentidos e as trocas culturais não apenas como jornalista correspondente de guerra, mas também como homem, e, na derradeira e homo-



gênea nivelção, todos, sem diferenças de divisas, estarão, igualmente, expostos às interpretações e às trocas, em regiões de fronteiras.

Se “A cobra Fumou”, certamente alguém relatou.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos, desde sempre, e para sempre, sedentos/viciados por informação, e quando o assunto é guerra, qualquer uma, essa demanda é ainda mais urgente e diversificada. Ninguém é tão ingênuo, ou desprovido do mínimo de senso crítico e de lógica/razão, para aventar a possibilidade de que tem algo faltando ou que alguma coisa parece demais exagerada e fora de contexto nas narrativas de guerra, pois o jornalismo nessas ocasiões se confunde – intencionalmente ou não – tanto com propaganda nacionalista e patriótica como com a mais desmedida ficção.

E com os avanços midiáticos e dos meios de comunicação, principalmente das transmissões instantâneas e na internet, o componente

notícias de guerra se tornou algo tão presencial quanto corriqueiro; e até mesmo uma mercadoria. Contudo, nem todos sabem o que falam ou fazem, e por isso é que é preciso criar “filtros” para selecionar o que presta ou é *fake news* e/ou desinformação nesse contexto.

Certo é que nada substitui a figura e a presença do correspondente de guerra atuando in loco. Afinal de contas eles são nossos olhos, ouvidos e boca no front/campos de batalhas; e também parte da nossa alma e coração.

## BIBLIOGRAFIA

BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. *Entre a informação e a censura no front: a guerra perdida dos correspondentes*. Monografia (Curso de Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) - Faculdade de Comunicação Social e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia: 2005.

CARVALHO, Élvio da Silva. *Jornalismo de Guerra: o caso da Imprensa Portuguesa*. Dissertação



(Mestrado em Jornalismo -2º ciclo de estudos) – Universidade da Beira Interior, Artes e Letras. Covilhã, Portugal, 2013.

CHARLON, Maria de Lourdes Patrini. *Rubem Braga: correspondente de guerra na Itália*. *Anais do XV Congresso da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada)*, com a temática Experiências Literárias e Textualidades Contemporâneas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: 7 a 11 ago. 2017.

CINELLI, Carlos Frederico Gomes. *Direito internacional dos conflitos armados: legitimidade e confiança ontológica*. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Souza, 2008.

COSTA JÚNIOR, Emanuel de Oliveira. A guerra no direito internacional. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, n. 114, 26 out. 2003.

DINIZ, Lília. *Correspondente de guerra: a rotina da cobertura no front*. 2011. Disponível em: <<http://observatorioidaimprensa.com.br/jornal-de-debates/correspondente-de-guerra-a-rotina-da-cobertura-no-front/>>. Acesso em 6 mai. 2018.

FIorentin, Luana; Bertol, Sonia Regina. Reação de jornalistas

após situações traumáticas: estudo descritivo-analítico. *Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Curitiba: de 26 a 28/05/2016.

GARCIA, Maria Fernanda. *A foto, o prêmio e o suicídio*. 2017. Disponível em: <<http://observatorio3setor.org.br/noticias/foto-o-premio-e-o-suicidio/>> Acesso em: 10 maio 2018.

HENN, Leonardo Guedes. Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da Segunda Guerra Mundial. *Revistas Sociais e Humanas*, Santa Maria, vol. 26, n. 3, set./dez., 2013, pp. 670-686.

LOPES, Rodrigo Guimarães. *A prática jornalística em áreas de guerra: uma experiência brasileira na cobertura do conflito na Líbia*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2015.



MARCHIORO, Camila. Rubem Braga e Joel Silveira: dois cronistas no front. Londrina (PR): *Revista Estação Literária*, v. 11, jul., 2013, pp. 252-262.

MORETTI, Marco Aurélio Morrone. A ética no jornalismo: o jornalismo em tempos de guerra. São Paulo: *Cenários da Comunicação (UNINOVE)*, vol. 3, dez., 2004, pp. 89-102.

RUSKY, Renata Silveira. *O perfil e a rotina de correspondentes internacionais*. Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo. Brasília: 2013.

VIEIRA, Maria Clara Nicolau. Correspondente internacional: estudo sobre a atual conjuntura da profissão. São Paulo: *Revista ALTERJIOR*, Grupo de Estudos Alterjor: jornalismo popular e alternativo (ECA/USP), ano 6, vol. 2, ed. 12, jul.-dez., 2015, pp. 123-134.

---

<sup>1</sup> BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. *Entre a informação e a censura no front: a guerra perdida dos correspondentes*. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Comunica-

---

ção Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo. Goiânia: 2005, p.9.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> DINIZ, Lília. *Correspondente de guerra: a rotina da cobertura no front*. 2011. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/correspondente-de-guerra-a-rotina-da-cobertura-no-front/>. Acesso em 6 mai. 2018.

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> CARVALHO, Élvio da Silva. *Jornalismo de Guerra: o caso da Imprensa Portuguesa*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo (2º ciclo de estudos), Universidade da Beira Interior, Artes e Letras. Covilhã (PT): 2013, p.13.

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> Ibid., p. 16.

<sup>9</sup> Ibid., p. 13.

<sup>10</sup> Ibid., p. 20.

<sup>11</sup> Ibid, p. 21.

<sup>12</sup> VIEIRA, Maria Clara Nicolau. Correspondente internacional: estudo sobre a atual conjuntura da profissão. São Paulo: *Revista ALTERJIOR*, Grupo de



---

Estudos Alterjor: jornalismo popular e alternativo (ECA/USP), ano 6, vol. 2, ed. 12, jul.-dez., 2015, pp. 123-134, p.128.

<sup>13</sup> Ibid., p. 128-129.

<sup>14</sup> Ibid, p. 129.

<sup>15</sup> BORGES, op.cit., p. 58.

<sup>16</sup> Ibid., p. 59.

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> FIORENTIN, Luana; BERTOL, Sonia Regina. Reação de jornalistas após situações traumáticas: estudo descritivo-analítico. *Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*. Curitiba: de 26 a 28/05/2016, p.4.

<sup>19</sup> Ibid., p. 10.

<sup>20</sup> Ibid.

<sup>21</sup> GARCIA, Maria Fernanda. *A foto, o prêmio e o suicídio*. 2017. Disponível em:

<<http://observatorio3setor.org.br/noticias/foto-o-premio-e-o-suicidio/>>

Acesso em: 10 maio 2018.

<sup>22</sup> BORGES, op.cit., p. 60.

<sup>23</sup> Ibid., p. 61.

<sup>24</sup> CINELLI, Carlos Frederico Gomes. *Direito internacional dos conflitos armados: legitimidade e confiança*

---

ontológica. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Souza, 2008, p. 7.

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> COSTA JÚNIOR, Emanuel de Oliveira. A guerra no direito internacional. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, n. 114, 26 out. 2003. P.6.

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> RUSKY, Renata Silveira. *O perfil e a rotina de correspondentes internacionais*. Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo. Brasília: 2013, p. 26.

<sup>29</sup> Ibid.

<sup>30</sup> Ibid., p. 27.

<sup>31</sup> MORETTI, Marco Aurélio Morrone. A ética no jornalismo: o jornalismo em tempos de guerra. São Paulo: *Cenários da Comunicação (UNINOVE)*, vol. 3, dez., 2004, pp. 89-102, p. 91.

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> Ibid., p. 92.

<sup>34</sup> Ibid., p. 92-93.

<sup>35</sup> LOPES, Rodrigo Guimarães. *A prática jornalística em áreas de guerra: uma experiência brasileira na cobertura do conflito na Líbia*. Dissertação



---

apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo (RS): 2015, p. 28.

<sup>36</sup> Ibid., p. 29.

<sup>37</sup> Ibid., p.35.

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup> Ibid., p.36.

<sup>40</sup> Ibid., p.39.

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> BORGES, op.cit., p. 9.

<sup>43</sup> Ibid.

<sup>44</sup> Ibid., p. 14.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> CINELLI, op.cit., p. 2.

<sup>47</sup> Ibid., p. 3.

<sup>48</sup> HENN, Leonardo Guedes. Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da Segunda Guerra Mundial. Santa Maria (RS): *Revistas Sociais e Humanas* (Universidade Federal de Santa Maria/Centro de Ciências Sociais e Humanas), vol. 26, nº. 03, set./dez., 2013, pp. 670-686, p. 670.

<sup>49</sup> Ibid.

<sup>50</sup> Ibid., p. 674-675.

<sup>51</sup> Ibid

---

<sup>52</sup> Ibid., p. 676.

<sup>53</sup> Ibid.

<sup>54</sup> Ibid., p. 681.

<sup>55</sup> Ibid., p. 682.

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> Ibid.

<sup>58</sup> MARCHIORO, Camila. Rubem Braga e Joel Silveira: dois cronistas no front. Londrina (PR): *Revista Estação Literária (UEL)*, vol. 11, jul., 2013, pp. 252-262, p. 256.

<sup>59</sup> Ibid.

<sup>60</sup> Ibid.

<sup>61</sup> Ibid., p. 260-261.

<sup>62</sup> CHARLON, Maria de Lourdes Patrini. Rubem Braga: correspondente de guerra na Itália. *Anais do XV Congresso da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada)*, com a temática *Experiências Literárias e Textualidades Contemporâneas*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: de 07 a 11 de agosto de 2017, p. 6783.

<sup>63</sup> Ibid.